

Dívida Externa

A necessária revisão dos conceitos do Plano Baker

O anúncio feito pelo futuro presidente dos Estados Unidos, George Bush, de que o seu governo deverá fazer uma "ampla revisão" dos conceitos sobre a dívida externa dos países do Terceiro Mundo, é mais um passo dado na busca de uma solução política para resolver os graves desequilíbrios existentes entre as nações, resultado do excessivo endividamento dos países em desenvolvimento.

Essa nova postura do governo norte-americano coincide com a posição que o líder soviético Mikhail Gorbachev defendeu na Assembleia Geral das Nações Unidas. Em seu histórico discurso ele ressaltou que "a realidade torna imperativo" que países como o Brasil participem, junto com a China, o Japão e a Índia, do diálogo para encurtar a distância que separa os países industrializados dos em desenvolvimento. E isso só será possível com a revisão dos atuais conceitos, já que "olhando as coisas de maneira realista temos de admitir que a dívida acumulada não pode ser paga ou recuperada em seus termos originais".

A premente necessidade de uma solução para a questão da

dívida fez com que germinasse mais um bloco de pressão sobre os credores. Em tom conciliatório, ministros da Fazenda de sete países integrantes do Clube do Rio (ou Grupo dos Oito), formado por Brasil, México, Argentina, Uruguai, Peru Colômbia e Venezuela — o Panamá, outro integrante do grupo, está suspenso —, preparam, no último dia 11, no Rio de Janeiro, um documento a ser enviado aos credores propondo uma redução no estoque da dívida externa do Clube que chega perto de US\$ 350 bilhões.

Uma outra voz também defende mudanças no tratamento da dívida como forma de reduzir o fosso que separa as nações ricas das pobres. Em seu último relatório divulgado nesta semana, o Banco Mundial (BIRD) enfatiza que o modelo de tratamento da questão da dívida externa dos países em desenvolvimento, utilizado desde 1985 através do Plano Baker, precisa ser revisto. O banco estima que a dívida externa dos países em desenvolvimento deverá chegar a US\$ 1,3 trilhão ao final deste ano, crescendo 3% sobre o saldo existente em 1987. Só o grupo dos países considerados

"altamente endividados" — grupo constituído por dezessete países, onde se inclui o Brasil — deverá fechar 1988 com uma dívida externa de US\$ 529 bilhões, cerca de 40% do total que é devido por todos os países do Terceiro Mundo.

Naturalmente, cresce a demanda de recursos do Terceiro Mundo para os industrializados. Neste ano, os dezessete países mais endividados devem transferir às nações ricas e às instituições financeiras internacionais cerca de US\$ 31 bilhões — três vezes mais do que as transferências líquidas efetuadas ao longo de 1983. Enquanto isso, o ingresso líquido de recursos não deverá ultrapassar US\$ 7,6 bilhões: um acanhado crescimento sobre o ano passado, cujo fluxo líquido de recursos foi de US\$ 6,2 bilhões.

Os efeitos desse quadro são perniciosos. Com o Produto Interno Bruto (PIB) cada vez mais comprometido com a dívida externa — o Fundo Monetário Internacional estima que o endividamento externo dos países em desenvolvimento representa quase 40% do PIB —, há uma crescente deterioração econômica dos devedores, com au-

mento da pobreza, manutenção de altas taxas de inflação e risco de desestabilização política pela fragilidade da maioria das democracias vigentes nesses países.

É dentro dessa vertente política que se inclinam as preocupações do futuro presidente dos Estados Unidos, gerando expectativas de que a proteção aos regimes democráticos instalados na América Latina só será possível com uma nova postura em relação à dívida externa da região. O que é compreensível. Dos sete representantes do Clube do Rio, o México e a Venezuela acabam de realizar eleições com promessas de uma ampla renegociação de suas dívidas externas. Brasil, Argentina e Uruguai realizam eleições presidenciais no próximo ano. E o Peru e a Colômbia escolhem os seus novos presidentes em 1990.

E não restam dúvidas de que a questão da dívida será a principal plataforma dos partidos de oposição. E por isso que crescem as possibilidades de uma solução para os endividados, única forma de preservar o crescimento econômico e a manutenção dos regimes democráticos da América Latina.